



Por uma cartografia social dos espaços de vida irregulares: um estudo de caso da reconstrução comunitária do território em São José dos Campos (SP)

Lidiane M. Maciel¹

lidiane@univap.br

Fabiana Felix do Amaral e Silva²

fabiana.amaral@univap.br

Paulo Romano Reschilian³

pauloromano@univap.br

Ana Maria da Cunha Rosado⁴

anam.rosado@hotmail.com

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora da Faculdade de Educação e Artes e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e coordenadora do NEPACS (Núcleo de Extensão Pesquisa-ação e Cartografias Sociais) da mesma universidade.

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e coordenadora do NEPACS (Núcleo de Extensão Pesquisa-ação e Cartografias Sociais) da mesma universidade.

3 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e coordenador do NEPACS (Núcleo de Extensão Pesquisa-ação e Cartografias Sociais) da mesma universidade.

4 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre uma pesquisa-ação na construção de uma leitura técnica e comunitária da dinâmica socioespacial do bairro irregular Rio Comprido em São José dos Campos. O objetivo central é discutir o processo e os resultados da composição de uma cartografia social realizada pelos moradores do bairro em parceria com professores pesquisadores e discentes da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Os resultados e conclusões indicam o forte vínculo identitário dos moradores com o território e a incerteza sobre o futuro ocasionada pela insegurança jurídica. A cartografia social se mostrou uma estratégia significativa na sistematização da experiência dos moradores, das condições do bairro e da luta pela regularização fundiária. **Palavras-chave:** Cartografias sociais. Metodologias participativas. Irregularidade fundiária. São José dos Campos.

ABSTRACT

The article presents reflections on research action in the construction of a technical and community reading of the socio-spatial dynamics of the irregular district of Rio Comprido in São José dos Campos. The main objective is to discuss the process and results of the composition of a social cartography performed by the neighborhood residents in partnership with professors and students at the University of Vale do Paraíba (UNIVAP). The results and conclusions indicate the strong identity link of residents with the territory, and the uncertainty about the future of their living spaces, caused by legal insecurity. Social cartography has proved to be a significant strategy in systematizing the experience of residents, neighborhood conditions, and the struggle for land regularization.

Keywords: Social cartographies. Participatory Methodologies. Legal Insecurity. São José dos Campos.

1 Introdução

As discussões aqui apresentadas estão relacionadas a uma pesquisa no âmbito do projeto de extensão intitulado “Cartografias Sociais e Metodologias participativas: na construção de uma leitura técnica e comunitária da dinâmica socioterritorial em São José dos Campos/SP”, com vinculação a “pesquisa-ação” (BRANDÃO, 1981; THIOLENT, 1985). A cartografia social pode ser definida como uma forma de exposição de conflitos que se dão na ordem territorial (ACSELRAD, 2013), dos espaços de vida, ou seja, locais de moradia, trabalho, estudo e de sociabilidades diversas (COURGEAU, 1988; MARANDOLA JR, 2012). O trabalho propõe ampliar as discussões e os estudos sobre os processos de ordenamento territorial e da questão fundiária no contexto da cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, ao priorizar procedimentos metodológicos participativos na composição de cartografias sociais. Deste modo, o artigo apresenta reflexões do estudo de caso do processo de regularização do bairro do Rio Comprido, na mesma cidade, loteamento derivado de uma ocupação espontânea a partir da década de 1980.

Em 2016, parte dos pesquisadores do projeto de extensão supracitado e autores do artigo participaram de um evento realizado em São José dos Campos pela ATHIS (Assessoria Técnica em Habitação Interesse Social)⁵, promovido pela ONG de Assessoria Técnica de Trabalhos Comunitários e Ambientais Peabirú⁶ e apoiado pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Neste momento foi possível a aproximação com várias lideranças de bairros populares presentes no evento. O resultado do diálogo travado, em um primeiro momento, foi uma demanda por capacitação em função da proximidade da revisão do Plano Diretor que se avizinhava no mesmo ano. Nesse contexto, foi organizado o curso de capacitação “A cidade e o Capital”, e posteriormente, juntamente com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, organizou-se um Fórum Popular do Plano Diretor no período 2017-2018.

Neste contexto de revisão do Plano Diretor, as demandas para a universidade vindas das comunidades eram diversas e em quantidade relevante, e estimularam os autores deste artigo a fundarem o Núcleo de Extensão Pesquisa-ação Cartografias Sociais (NEPACS) da Universidade do Vale do Paraíba, um espaço de ensino, pesquisa e extensão que se dedica aos estudos dos conflitos latentes das cidades contemporâneas.

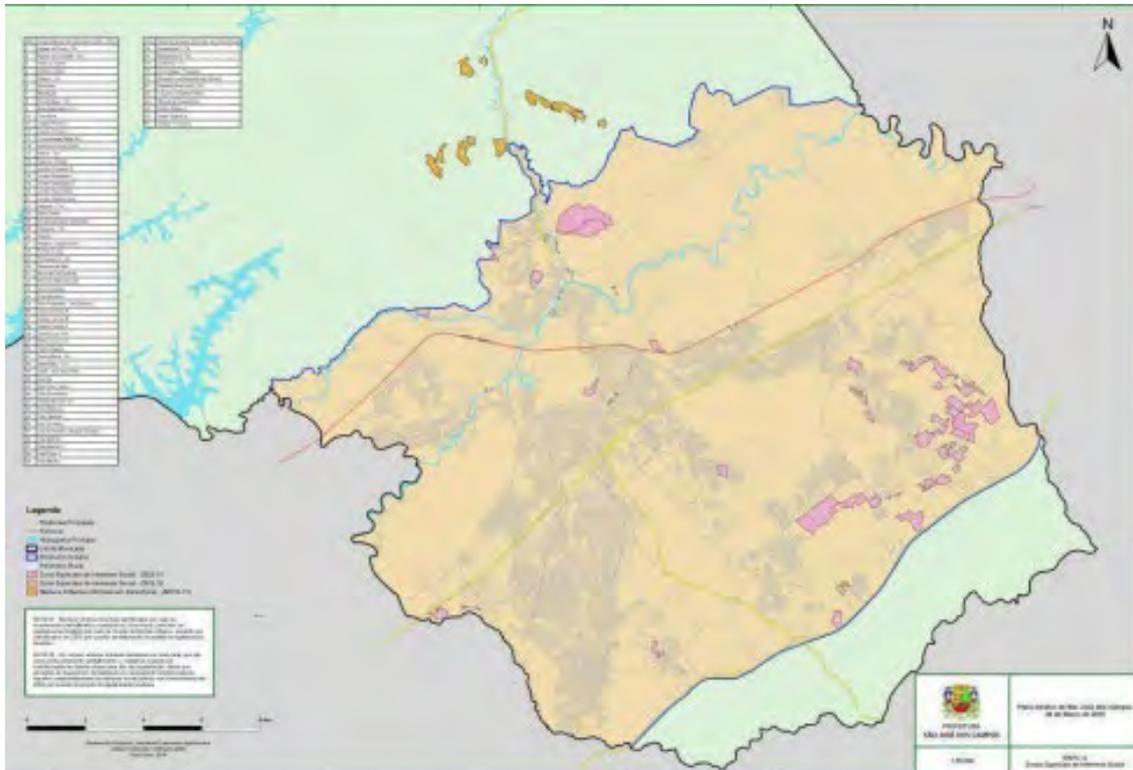
Em 2018, em São José dos Campos, a Lei Complementar 612/19 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município, e em outubro de 2019, a Lei Complementar 623/19 que estabeleceu as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo. Esse processo se deu mediante inúmeros posicionamentos conflituosos em audiências públicas, no que se refere à demarcação e inclusão de

5 Informações sobre a ATHIS e sua plataforma disponível em <https://www.athis.org.br/>. Acesso em 20/01/2021.

6 Informações disponíveis em: http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2. Acesso em 20/01/2021.

loteamentos e assentamentos irregulares no Plano Diretor e posterior definição de zonas especiais de interesse social, tendo em vista a possibilidade de regularização fundiária e urbanística. Observa-se no mapa abaixo (nas manchas lilases – Figura 1) a distribuição dos loteamentos/assentamentos irregulares que formaram a base de dados definida pela municipalidade.

Figura 1 - Mapa localização das Zonas Especiais de Interesse Social



FONTE: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. 2018.

Para a realização do projeto de pesquisa-ação optou-se pelo desenvolvimento de plano popular de urbanização para o bairro do Rio Comprido em São José dos Campos/SP, por se tratar de uma área eleita pelo poder público desde 2007 para receber os benefícios da regularização fundiária que, no entanto, ainda em 2018, amargava a falta de rapidez nos processos. Nesse sentido, diante das solicitações dos setores sociais envolvidos (Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Associação de moradores do bairro) surgiu a oportunidade de promover ações de pesquisa, ensino e extensão universitária derivadas desse processo, considerando o papel institucional da universidade em seu caráter comunitário.

Ressalta-se que a investigação teve como objetivo maior subsidiar os membros da associação de moradores de bairro e demais interessados para construção coletiva de um plano de regularização fundiária e urbanística popular. Entende-se que este documento, ainda em elaboração, pode auxiliá-los na formalização das demandas aos órgãos municipais responsáveis pela regularização fundiária e urbanística. Um segundo objetivo era oferecer oportunidades aos discentes de diferentes cursos – Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Geografia, História e Direito – vivenciarem conflitos pouco explícitos na teoria e contexto empírico da própria cidade onde habitam. O resultado mais imediato dessas experiências se deu na produção de Trabalhos de Final de Curso que tiveram como tema Metodologias Participativas no ensino de geografia, por exemplo, ou no caso dos/as alunos/as de Arquitetura e Urbanismo, na proposição de plano urbanístico para o bairro.

Considerando o exposto acima, o artigo tem como objetivo prioritário apresentar os resultados do processo de pesquisa e extensão universitária. Discute-se o aspecto metodológico da produção das cartografias sociais pela comunidade envolvida junto aos discentes e docentes da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). A discussão teórica metodológica se funda na convicção da potencialidade da participação dos moradores na discussão sobre a vida no bairro, contrariando estigmas e definições estatais (ACSELRAD, 2013). A representação do bairro do Rio Comprido, pela cartografia oficial, impõe-lhe a marcação da irregularidade (SILVA, 2014), termo que extrapola sua tecnicidade, marcando pejorativamente os moradores do bairro. No entanto, o trabalho parte da valorização dele enquanto espaço de vida construído e disputado por seus moradores (COURGEAU, 1988; MARANDOLA JR, 2012).

Além dessa Introdução (1) e das Considerações Finais (5), o artigo se organiza em três outros momentos: (2) Apresentação do campo de pesquisa; (3) A cartografia Social e a Sistematização de Experiências como Métodos da Prática Extensionistas na Luta pela Reconstrução Comunitária do Território e (4) O Rio Comprido como Espaço de Vida. Nesta penúltima seção, se apresenta a análise da cartografia social e a sistematização de experiências. Esclarece-se que o trabalho de campo foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição responsável (CAAE 14438219.0.0000.5503) em 2019.

2 O campo da pesquisa-ação e o conflito aberto

Segundo os Microdados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), o bairro do Rio Comprido, em São José dos Campos, possuía 2.385 moradores, 659 residências e a renda mensal de seus moradores, em média, era de um salário mínimo. No documento oficial do Plano Diretor de São José dos Campos, o bairro do Rio Comprido é descrito da seguinte forma: Zona Especial de Interesse Social, irregular com abastecimento de água, luz, esgoto, sem pavimentação e sistema de drenagem (PMSJC – Leitura técnica do Município para revisão do Plano Diretor, 2018). As Figuras 2 e 3 demonstram a evolução das demandas da Defensoria Pública e do Ministério Público à Prefeitura Municipal de São José dos Campos no que se refere ao perímetro do bairro a ser objeto de regularização fundiária e urbanística. Especialmente a Figura 3 mostra o aumento do perímetro a ser regularizado, incluindo uma área considerada de risco pela Prefeitura Municipal em 2011.

Figura 2 - Planta de análise para regularização fundiária do loteamento Rio Comprido: primeiro perímetro de regularização fundiária.



FONTE: PMSJC Secretaria de Gestão Habitacional e Obras: Departamento de Regularização Fundiária. 2018.

A ampliação do perímetro é derivada de discussões internas entre a Defensoria Pública e Associação de Moradores de Bairro, considerando as tecnologias atualmente existentes de mitigação de risco. A proposta da instituição se funda na superação de incertezas diante dos conflitos, em parte pacificados, sobre a permanência de famílias em áreas sujeitas a deslizamentos e/ou enchentes (objeto de conflito socioambiental e desentendimento entre o poder público e grupos de moradores envolvidos).

Figura 3 - Planta de análise para regularização fundiária do loteamento Rio Comprido: segundo perímetro de regularização fundiária.



FONTE: PMSJC Secretaria de Gestão Habitacional e Obras: Departamento de Regularização Fundiária. 2019.

O bairro do Rio Comprido passa por um processo de regularização fundiária, ação que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais “com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes” (MOURA, 2017, p.1). No caso de São José dos Campos, o processo envolve o esforço de situar o bairro no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano e habitacional executadas pela municipalidade, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir do final do século XX.

O relatório do BID de 2007 indicou que todos os loteamentos irregulares seriam alvo de regularização fundiária e passíveis de remoção de famílias inseridas em áreas de risco. Não por acaso, no Rio Comprido previa-se o remanejamento interno de 548 famílias, bem como o remanejamento e inserção nos programas habitacionais de 38 famílias situadas em área protegida. O bairro do Rio Comprido, por suas características ambientais, econômicas e sociais, está inserido nas políticas habitacionais da municipalidade, cuja ênfase na erradicação física dos assentamentos precários tornou-se prática nos últimos 20 anos. Como apontaram Zaratine e Fantin (2018), a tradição da administração municipal, a partir da parceria com o BID, tem se pautado nas remoções de favelas justificadas, em sua maioria, sob argumentos de risco geológico, presença irregular em áreas protegidas e ampliação do sistema viário.

3 A Cartografia social e a sistematização de experiências como métodos da prática extensionista na luta pela reconstrução comunitária do território

A participação dos sujeitos nos processos de pesquisa, apresentando suas reflexões e questionamentos dos processos de opressão, é fundamental na produção das cartografias sociais (ACSELRAD, 2013). Seguindo a tradição da pesquisa participante e pesquisa-ação (BRANDÃO, 1981; 2003, THIOLENT, 1985), compreende-se que neste processo há “construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular”. (BRANDÃO, 2003, p. 51). Em alguma medida, por meio da “pesquisa-ação”, preza por:

a) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma da ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 1985, p. 16).

Mesmo considerando diferentes posturas entre os teóricos da “pesquisa-ação” e da pesquisa participante, o objetivo de ambas é a fuga dos métodos tradicionais, teóricos ou estatísticos que, baseados em dados secundários derivados de *surveys*, menosprezam a sofisticada elaboração popular sobre sua realidade. Desse modo, “os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez” (THIOLLENT, 1985, p. 8).

Com o objetivo de repensar os processos de ordenamento territorial e da questão fundiária com a efetiva participação popular, propõe-se uma metodologia que promova a construção de cartografias sociais (ACSELARD, 2013) a partir da sistematização de experiências da comunidade (HOLLIDAY, 1988, 2006).

Acselrad (2013) salienta que as experiências autônomas de mapeamento frequentemente estão na contramão das linhas de expansão das fronteiras de acumulação do capital e, portanto, numa leitura não hegemônica dos territórios que habitam. As “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, entre outras, pretendem tensionar a cartografia oficial a partir do questionamento do uso dos mapas como instrumentos de jogos políticos; das possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo diante da complexidade de jogos políticos); da denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa (uma arena), propondo, então, o debate acadêmico sobre as representações espaciais, o uso de cartografias como instrumentos de luta; o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão; e como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa (ACSELRAD, 2010).

As cartografias sociais aparecem como perspectiva metodológica no campo do planejamento urbano, a título de exemplo destaca-se o Plano Popular da Vila Autódromo desenvolvido com apoio e assessoria do NEPLAC/ETERN/IPPUR/UFRJ - Carlos Vainer e do NEPHU/UFF; o trabalho de mapeamento colaborativo do Observatório de Remoções da FAU/USP e da UFABC de Regina Bienenstein, e o trabalho Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social - LABOCART coordenado pela Profa. Dra. Adryane Gorayeb na Universidade Federal do Ceará - PIRF - Plano Integrado de Regularização Fundiária - em Fortaleza. Essas práticas potencializam o protagonismo da comunidade na leitura de suas problemáticas sociais e colaboram para a legitimidade das proposições, por vezes, realizadas pelas associações de moradores de bairro direcionada ao poder público.

Nesse âmbito, os estudos publicados por Acselrad (2013) na coletânea “Terra e território”, derivados de diversos estudos, possuem como preocupação o saber local; o trabalho de Galdino et. al, (2016) sobre a terra indígena Pitaguary no Ceará; bem como o trabalho de Almeida (2018), sobre o uso da cartografia social para sistematizar os conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, também no Ceará, merecem destaque como exemplo da importância do mapeamento participativo sobre o uso e ocupação dos territórios, saberes, dinâmicas locais e conflitos. Esse mapeamentos estão conjugados com aspectos propositivos e que, portanto, potencializam não apenas a denúncia como também abrem perspectivas para a constituição de uma gestão popular dos territórios.

No entanto, parte-se do entendimento que a composição da cartografia social permite aproximações diretas com a experiência local e, principalmente, uma análise reflexiva e coletiva, garantida por uma metodologia que se realiza na análise conjunta com a comunidade envolvida e de suas experiências vividas. Nesse sentido, para construir a reflexão, adotamos a composição metodológica da sistematização de experiências, elaborada por Oscar Jara Holliday (1998).

Holliday (1998), ao propor a sistematização de experiências como método de avaliação processual do espaço de vida dos movimentos sociais e grupos subalternizados, desvendou os componentes e os trajetos que as comunidades elaboram apontando suas reflexões retrospectivas e prospectivas, a partir das experiências. Segundo o autor, a sistematização é a interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque fizeram desse modo (HOLLIDAY, 2006).

Assim, considerando a abordagem anterior explicitada, na pesquisa-ação realizada pelo NEPACS (IP&D/UNIVAP) no processo da realização das oficinas de cartografias sociais junto à comunidade, optou-

se por realizar uma observação densa dos processos cotidianos e a sua reflexão constante, articulando dialeticamente com elementos conceituais. O reordenamento e a reconstrução do processo vivido e suas interconexões foram elementos centrais da metodologia aplicada na pesquisa e que proporcionaram levantar as condições do contexto em que se desenvolveram; situações particulares que enfrentaram; ações dirigidas para determinada finalidade; percepções, interpretações e intenções dos sujeitos do processo; resultados esperados e inesperados que surgiram e relações e reações entre os participantes (HOLLIDAY, 2006).

As cartografias sociais, em sua maioria, utilizaram como base mapas disponíveis na plataforma do *Google Earth* por considerar, em princípio, como um recurso de ensino e visualização de fácil acesso (EVANGELISTA et al, 2017). O Quadro 1 apresenta a síntese das atividades realizadas, seus objetivos, etapas, técnicas, materiais e resultados parciais de cada atividade.

Quadro 1 - Síntese das técnicas utilizadas nas oficinas / Ficha de controle das atividades

Continua.

OFICINA 1: RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO/ CONFLITOS/ PROCESSOS
<p>Data: 13/04/2019. Público: 65 moradores – Divulgação: Cartilha informativa distribuída com o apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido.</p> <p>Objetivos e temáticas trabalhadas: 1. Reconhecimento das dinâmicas locais e das relações estabelecidas com a cidade. 2. Levantamento dos conflitos.</p> <p>Etapas: 1. Leitura de mapas em duas condições: bairro e seu entorno e bairro e a cidade de São José dos Campos; 2. construção da "árvore" de problemas. Técnica: construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do <i>Google Earth</i>. Roda de discussão com todos os participantes para elaboração da árvore de problemas.</p> <p>Material: mapas (base <i>Google Earth</i>) canetas coloridas papéis, adesivos marcadores.</p> <p>Metas cumpridas: 1. Compreensão das dinâmicas do bairro e as relações com a cidade. 2. identificação dos conflitos em diferentes ambiências-estrutural (relações com o Estado- políticas e processos), local (dinâmicas e problemáticas locais) e futura (desejos e propostas).</p> <p>Resultados parciais: 1. Elaboração de mapas por construção de camadas - trajetos, locais de trabalho, local da moradia; 2. sistematização das questões apresentadas na árvore de problematizações.</p>
OFICINA 2: LEITURA COMUNITÁRIA DA DINÂMICA DO TERRITÓRIO
<p>Data: 18/05/2019. Público: 27 moradores – Divulgação: Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido e da Escola Municipal – EMEF Mercedes Maria Perotti.</p> <p>Objetivos e temáticas trabalhadas: mapeamento e reconhecimento das dinâmicas locais (Bairro).</p> <p>Etapas: divisão dos participantes em três grupos de discussão questões identificadas no mapa das dinâmicas (1. trabalho, 2. saúde; 3. educação, 4. comércio/serviços, 5. relações afetivas)</p> <p>Técnica: Construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do <i>Google Earth</i>.</p> <p>Material: mapas, canetas coloridas papéis, adesivos marcadores.</p> <p>Metas cumpridas: Identificação das dinâmicas, espacialização e mapeamento dos principais conflitos.</p> <p>Resultados parciais: Elaboração de três mapas com informações sobre as dinâmicas locais e apontamentos de conflitos.</p>
OFICINA 3: LEITURA DA PROBLEMÁTICA DO TERRITÓRIO – FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO
<p>Data: 29/06/2019. Público: 18 moradores – Divulgação: Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido e da Escola Municipal – EMEF Mercedes Maria Perotti.</p> <p>Objetivos e temáticas trabalhadas: 1. Elaboração de quatro grupos de trabalho em conjunto com a comunidade com seguintes temas: Vulnerabilidade e meio-ambiente; Cultura, Educação, Juventude, Comunicação e Lazer; Renda e Trabalho; Moradia. 2. Reconhecimento do território para composição de uma etnografia.</p> <p>Etapas: Apresentação à comunidade dos temas dos grupos de trabalho organizados a partir da sistematização dos resultados das dinâmicas realizadas nas oficinas anteriores. Técnica: Discussão em grupo focal e reconhecimento de campo com orientação e acompanhamento de alguns moradores do bairro. Material: apresentação via projetor da síntese dos mapas da oficina anterior e dos temas sintetizados em quatro grupos de trabalho.</p> <p>Metas cumpridas: Discussão em grupo dos temas centrais elaborados a partir do levantamento e mapeamento das oficinas anteriores.</p> <p>Resultados parciais: Construção dos temas centrais que servirão de orientação para elaboração das propostas de ação.</p>
OFICINA 4: PROPOSIÇÕES E CRIAÇÃO DE TIPIFICAÇÕES SOCIAIS (PERSONAS)
<p>Data: 24/08/2019. Público: 16 moradores – Divulgação: Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação de Moradores de Bairro do Rio Comprido e da direção da Escola Municipal – EMEF Mercedes Maria Perotti.</p> <p>Objetivos e temáticas trabalhadas: 1. Elaboração de mapeamento e reconhecimento dos temas no espaço. 2. Construção de personagem síntese sobre os temas.</p> <p>Etapas: Divisão dos participantes por grupos de discussão dos temas. Identificação no mapa das dinâmicas e conflitos relacionados. Construção do personagem síntese dos debates.</p> <p>Técnica: Construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do <i>Google Earth</i>. Adaptação da técnica de <i>Design Thinking</i> (Brown, 2010).</p> <p>Material: mapas (base <i>Google Earth</i>) canetas coloridas papéis, adesivos marcadores.</p> <p>Metas cumpridas: Espacialização das problemáticas relacionadas aos temas de discussão. Promoção da capacidade de sistematizar as discussões com a construção de personagens representativos dos temas em estudo. Levantamento de questões e dúvidas dos moradores e da equipe de pesquisadores sobre os temas em estudo.</p> <p>Resultados parciais: Sistematização das características, conflitos, demandas por meio da construção de personagens.</p>

Quadro 1 - Síntese das técnicas utilizadas nas oficinas / Ficha de controle das atividades

Continuação.

OFICINA 5: RECONHECIMENTO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS MORADORES DO BAIRRO
<p>Data: 21/09/2019. Público: 7 moradores Divulgação: Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação dos Moradores de Bairro do Rio Comprido e da direção da Escola Municipal – EMEF Mercedes Maria Perotti. Objetivos e temáticas trabalhadas: Atividade de reconhecimento de trajetórias de vida de moradores do bairro e suas relações com as dinâmicas levantadas nos grupos de trabalho. Etapas: Exposição oral dos sete moradores sobre suas experiências vividas no bairro e projetos de futuro, Caminhadas orientadas com moradores do bairro a fim de etnografar processos e levantar dados e conflitos referentes aos temas dos grupos de trabalho. Técnica: Etnografia e sistematização de experiências (Holliday, 1998) a partir da coleta dos dados e elaboração de reflexões por meio de diário de campo, fotografias e gravações de áudio dos diálogos. Material: gravador. Metas cumpridas: Levantamento das experiências de vida identificando e mapeando trajetórias de vida e deslocamentos Identificação e análise de processos estruturais, assim como, micro sociais. Construção e reconstrução da linha do tempo apontando momentos de importância inflexão Resultados parciais: Material de registro dos diários de campo. Levantamento fotográfico do território sistematizados em relação aos temas dos grupos de trabalho.</p>
OFICINA 6: RECUPERANDO EXPERIÊNCIA DA INFÂNCIA NO RIO COMPRIDO
<p>Data: 01/10/2019. Público: 20 crianças moradoras. Divulgação: direção da Escola municipal – EMEF Mercedes Maria Perotti. Objetivos e temáticas trabalhadas: Levantamento das experiências das crianças do bairro sobre o que é viver e brincar no Rio Comprido. Elaboração de cartografias sociais por meio de desenhos e maquetes. Etapas: Oficina com crianças da escola do bairro (terceiro e quarto ano do ensino fundamental), Reconhecimento no mapa da Localização da sua casa. Construção do mapa mental (desenhos) sobre o que é morar e brincar no Rio Comprido. Elaboração de maquetes para proposta de área de brincar. Apresentação para as crianças das maquetes do bairro em processo de elaboração por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Técnica: Construção de cartografias sociais. Construção de cartografias por camadas/legendas sob base de mapa do <i>Google Earth</i>. Desenho livre; Construção de maquetes livres. Metas cumpridas: Análise das experiências das crianças sobre o que é viver e brincar no bairro. Identificação no território das fragilidades e potencialidades relacionadas aos espaços livres do bairro. Resultados parciais: Mapa com a localização das moradias das crianças que participaram da oficina. Desenhos individuais- mapas mentais sobre o que é viver e brinca no bairro. Duas maquetes construídas pelas crianças com projetos para intervenção na área livre do bairro.</p>
OFICINA 7: RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO – CONSTRUÇÃO DA MAQUETE DO BAIRRO
<p>Data: 05/10/2019. Público: 15 moradores. Divulgação: Cartilha informativa distribuída com apoio da Associação dos Moradores de Bairro do Rio Comprido e da direção da Escola Municipal – EMEF Mercedes Maria Perotti e Grupo em aplicativo de mensagem. Objetivos e temáticas trabalhadas: Construção coletiva das possibilidades de ações vinculadas aos temas dos grupos de trabalho por meio de cartografias (maquetes físicas). Etapas: apresentação das maquetes elaboradas pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo (foram construídas duas maquetes: uma que apresenta bairro e entorno e a outra apenas os limites do bairro). Dividir os moradores nos mesmos grupos de trabalho referentes aos temas de discussão. Construção de propostas de ação de curto, médio e longo prazo. Espacialização nas maquetes das principais estratégias de ação. Debate sobre as ações apresentadas. Técnica: construção de cartografias (camadas/legendas) sob base maquete física em escala gráfica. Grupos locais e sistematização de experiências. Material: mapas (base <i>Google Earth</i>) canetas coloridas papéis, adesivos marcadores, maquetes físicas. Metas cumpridas: levantamento das estratégias de ação que apontam para soluções dos problemas e das potencialidades identificadas nos grupos de trabalho. Identificação dos principais agentes das ações propostas. Resultados parciais: maquete com as informações e apontamentos da comunidade em relação às estratégias de ação. Sistematizou-se as propostas para resolução dos problemas de cada grupo.</p>

Fonte: Elaboração própria (2019)

4 O Rio Comprido como espaço de vida

Na visão de seus moradores o bairro constitui o espaço de vida (COURGEAU, 1988; MARANDOLA JR, 2012), ou seja, cerne do desenvolvimento do sistema de sociabilidade vinculado a relações familiares, vicinais, de lazer e trabalho. Porém, viver sob o jugo da irregularidade fundiária coloca os moradores em uma situação de vulnerabilidade social, na qual são impedidos de construir projetos existenciais com maior segurança, mesmo apostando na construção da melhor casa que podem ter, o medo da remoção é uma constante nas falas dos moradores, ainda mais considerando eventos traumáticos que presenciaram na cidade de São José dos Campos, com a remoção dos moradores do Pinheirinho em 2012 (ANDRADE, 2013).

Conforme relatado nas oficinas, para os moradores, a importância do título da propriedade vai além da garantia de segurança jurídica, pois os livrariam do estigma da “invasão”. Essa marca os impede, por exemplo,

de acessarem determinados mercados de trabalho na cidade e requisitarem serviços como os de entrega comercial, uso de aplicativos de transporte e equipamentos públicos. Estar em bairro irregular ou denominado popularmente como “clandestino” vincula diretamente os moradores à criminalidade; assim, supermercados e lojas de eletrodomésticos da cidade se recusam a realizar entregas no mesmo dada “sua fama”.

Os moradores relatam que as casas ocupadas, em sua maioria, foram compradas, porém não possuem qualquer documentação, salvo contratos de compra e venda ou recibos com baixo valor legal. Eles ainda dizem que quando compraram as casas sabiam que o bairro era irregular, porém não havia outra opção. As redes sociais familiares e de amigos lá presentes eram, muitas vezes, ponto de referência e apoio à sobrevivência, como lembra a moradora entrevistada em 2019 pela equipe de pesquisa-ação.

Entrevistadora: Quando a senhora veio para cá, a senhora já sabia que era irregular?
Como que foi isso?

Entrevistada 5: Já sabia.

Entrevistadora: Como a senhora vê isso?

Entrevistada 5: Eu, eu entrei na onda dos filhos, minha fia tem uma casa muito boa, gastou tudo que tinha nessa casa. Pra eu não querer tá com os filhos arrisquei sabendo, minha filha botou tudo aqui na fé que nós vamo ganhar, então não entrou medo em mim. (Entrevistada 5 – moradora do bairro, 71 anos, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2019).

Conforme levantamento de campo, as casas são, em sua maioria, derivadas de técnicas de autoconstrução, não havendo homogeneidade arquitetônica entre elas. Algumas apresentam total acabamento, enquanto outras, reboco parcial. Há uma diferença entre as ruas que são mais próximas à entrada do bairro, chamadas pelos moradores de “área de cima”, que são asfaltadas, e as mais distantes conhecidas como “área de baixo”, sem pavimentação. Algumas ruas são pavimentadas precariamente pelos próprios moradores com resto de material da construção civil.

Mesmo sendo um bairro irregular, o Rio Comprido conta com serviços como leitura de água, sinalização nas ruas com placas e Código de Endereçamento Postal (CEP), uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Soma-se ao bairro a presença de pequenos comércios como bares, salão de cabeleireiros, papelarias, mercearias, esses geridos pelos próprios moradores. Há também atividades maiores nos limites do bairro, como a empresa **Century**, um motel e um ferro velho às margens da Via Dutra. Nas Figuras 4 e 5, os moradores mapearam alguns desses espaços.

Figura 4: cartografia síntese locais de trabalho, saúde, educação/cultura; comércio/serviços, relações afetivas.



FONTE: base Google Earth - análise por elaboração de camadas -18/05/2019.

Verifica-se que nas Figuras 4 e 5 há um destaque importante à sociabilidade e trabalho que ocorrem no próprio bairro, bem como os locais de lazer. Destacam-se entre eles o “campinho” de futebol e as igrejas. Outro aspecto importante anotado é a ausência de uma passarela na Rodovia Presidente Dutra, essa obra ligaria o bairro ao outro lado da cidade de maneira mais segura, diminuindo o risco de acidentes na travessia.

Figura 5: Cartografia síntese locais de trabalho, saúde, educação/cultura; comércio/serviços, relações afetivas.



FONTE: base Google Earth- análise por elaboração de camadas - 18/05/2019.

Avançando no diálogo sobre o espaço de vida no bairro, por meio da sistematização de experiência e da cartografia social, foram apresentados pelos moradores determinados temas como problemáticas do bairro, organizados em quatro Grupos de Trabalho: 1) Renda e Trabalho, 2) Vulnerabilidade e Meio-ambiente; 3) Cultura, educação, juventude, comunicação e lazer; 4) Moradia. Essa organização permitiu elucidar o entendimento dos moradores sobre essas questões e ressalta-se que não havia hierarquia entre os temas, pois eles afetavam o bairro igualmente. Algumas dessas problemáticas são expressas por nossa entrevistada (3), que fala de certas fragilidades do bairro:

"Aqui não tem uma farmácia, né, não tem um supermercado grande, porque também o bairro num oferece né condições pra ter também supermercado grande, e... num tem uma área de lazer pras criança, né, nem é... pros idosos também não tem, então a gente né, queria que tivesse alguma coisa... Uma condição melhor pras pessoas que estão aqui, não são muitas mas né, que são 'muitas gentes' daqui, depois que começou a fazer essas casas, sortear casas pras pessoas, é muita gente daqui, então ficou um ... Acho que a metade da metade, mas quando eu cheguei aqui já tinha saído bastante". (Entrevistada 3 – moradora do bairro, 61 anos, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2019).

O Quadro 2 sintetiza os principais resultados: as “fraquezas/ameaças do bairro”; “oportunidades / fortalezas” e “as ações propositivas”. As categorias foram inspiradas no trabalho de cartografia social do Plano Integrado de Regularização Fundiária do Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social – LABOCART – coordenado pela Profa. Dra. Adryane Gorayeb da Universidade Federal do Ceará.

Quadro2 - Síntese dos resultados

Grupos de trabalho	Fraquezas/ ameaças do bairro	Oportunidades/ fortalezas do bairro	Ações propositivas de melhoria da qualidade de vida
Renda/ Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desemprego. Os jovens são os maiores afetados por essa condição. 2. Frágil cobertura do sistema de transporte público. Apenas uma linha de ônibus atende o bairro. 3. Exposição a atividades ilegais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de um comércio local; 2. Proximidades com área industrial do município. 3. Proximidade com a Rodovia Presidente Dutra, importante rota de passagem e fluxo de pessoas e mercadorias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investir na formação técnica dos moradores, principalmente dos jovens. 2. Criação de horta comunitária; melhorar gestão do comércio local. 3. Regularização fundiária para a diminuição do preconceito social.
Vulnerabilidade e Meio ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Casas em área de risco de escorregamento. 2. Problemas vinculados ao saneamento básico, presença de fossa. 3. Ruas sem pavimentação (não asfaltadas). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilidade de fortalecimento da produção local de alimentos, considerando que a área concentra propriedades rurais – terrenos produtivos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mitigação do risco; 2. Realocar os moradores no próprio bairro em terrenos subutilizados.
Cultura, educação, juventude, comunicação e lazer	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de escolas (o bairro só conta com uma escola de Ensino Fundamental). 2. Ausência de Unidade básica de saúde (UBS). 3. Ausência de áreas de lazer como parques, praças, quadras, projetos sociais e culturais. 4. Ausência de comunicação interna. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vínculos comunitário, muitos derivados de atividades religiosas. 2. Espaço da escola municipal aberto e disponível de atividades. 3. Presença de uma área livre que pode ser utilizada para a construção de um espaço de cultura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. reativar às ações comunitárias de organização e realização de festas; grupos de danças e concursos; time de futebol do bairro; projetos de aulas de futebol para crianças e feiras livres; clube de corrida. 2. Biblioteca pública. 3. Implantação de um centro comunitário, academia ao ar livre; 4. Praça pública.
Moradia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Irregularidade da posse e propriedade; 2. Problemas estruturais nas habitações com rachaduras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. área majoritariamente sem risco, e passível de regularização fundiárias; 2. Problemas estruturais nas habitações que através de assessoria técnica seriam resolvidos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regularização fundiária com regularização urbanística. 2. Assessoria técnica de habitação.

Fonte: Elaboração própria.

As Figuras 6, 7, 8 e 9 mostram o desenvolvimento das atividades do grupo no mapeamento participativo.

Figura 6: A construção da cartografia social – Oficina 1.



FONTE: acervo da pesquisa.

Figura 7: A construção da cartografia social – Oficina 2.



FONTE: acervo da pesquisa.

. Figura 8: A construção da cartografia social – Oficina 3.



FONTE: acervo da pesquisa

Figura 9: Construção da maquete – Oficina 6



FONTE: acervo da pesquisa.

Os resultados da leitura das cartografias indicaram que sobre “Renda e trabalho”, os jovens, desprovidos de oportunidades, são os mais afetados pelo desemprego e subemprego, e estão vulneráveis a atividades ilegais. O grupo que participou dessa cartografia também foi explícito em indicar que a ausência de equipamentos públicos e/ou projetos para os jovens do bairro aumenta o risco dos mesmos à criminalidade.

Por outro lado, os pais de família estão envolvidos em atividades que geram renda no próprio bairro e fora dele. As principais atividades em que se empregam são trabalho doméstico e/ou diárias, construção civil,

comércio e serviços. A cartografia indicou certa circulação laboral em determinadas ruas do bairro, as mais centrais, bem como, no bairro vizinho, Chácaras Reunidas, e bairros também distantes, como no caso das diaristas que trabalham em condomínios fechados da cidade.

O acesso a outros mercados de trabalho é dificultado pela baixa escolaridade dos moradores e pela própria escassez de transporte público. Apenas uma linha de ônibus serve o bairro, em média a cada trinta minutos, o itinerário atende somente a rua principal. A frágil cobertura do sistema de transporte público no bairro é um problema que afeta o cotidiano dos moradores, pois para acessar o ponto de ônibus alguns moradores andam 700 metros ou mais. Em dias de chuva esse problema se agrava, por conta da falta de escoamento das águas pluviais e pavimentação devida. A falta de iluminação adequada no trajeto até o ponto de ônibus também oferece risco aos moradores, por mais que eles citem que, no geral, o bairro seja seguro.

As áreas de risco do bairro estão relacionadas à questão ambiental e habitacional. No dia 10 de janeiro de 2011 ocorreu um grave deslizamento de terra no bairro que marcou profundamente a vida dos moradores. Eles compreendem que na área da ocorrência existem diferentes níveis de risco, no entanto, enfatizam o desejo de permanecerem em suas casas até que uma análise exata e criteriosa da situação seja realizada pela Prefeitura e uma alternativa seja apresentada; diferentemente disso, os moradores são constantemente pressionados para se retirarem da área. Considerando isso, a cartografia social referente à questão moradia, além de enfatizar os problemas estruturais, muitos dos quais derivados da autoconstrução e da situação de irregularidade fundiária, também demonstrou preocupação com a possível retirada dos moradores da área e alocação deles em outros terrenos do bairro.

No entanto, a área disponível, vista pelos próprios moradores como alternativa para realocação da população da área de risco caso haja a remoção pela Prefeitura Municipal, é justamente uma área pública não ocupada por edificações, um campo aberto ou “campinho”, único espaço livre utilizado pelos moradores para o lazer, especialmente o jogo de futebol. Esta situação pode gerar um conflito de interesses na destinação dos espaços do bairro.

Na cartografia “Cultura, educação, juventude, comunicação e lazer” ficou evidente a ausência dos serviços do Estado em áreas periféricas não regularizadas, tais como escolas (o bairro só conta com uma escola de Ensino fundamental I), unidade básica de saúde (UBS), áreas de lazer como parques, praças, quadras, projetos sociais e culturais, o que permite, propositalmente, um alijamento da comunidade das dimensões básicas de existência. Esta realidade levanta a reflexão sobre a dimensão da regularização fundiária urbana em acordo às diretrizes da ReubS (Lei 13465/2016), no que se refere à postura adotada pelos gestores públicos sobre fomentar a regularização fundiária (a entrega do documento de posse), que tem sido, ao longo da história política, prática de troca de ações públicas por votos, conseqüentemente não promovendo a regularização urbanística que garantiria aos moradores acesso aos direitos como moradia, cultura, educação, saúde, ou seja, atendendo a dimensão do direito à cidade.

É comum que os dados de vulnerabilidade sejam apropriados pelo discurso da gestão pública para degradar a imagem do bairro e de seus moradores e não legitimar sua regularização, pois geralmente regiões irregulares são futuras áreas para o investimento do capital imobiliário que avança nos territórios.

No fortalecimento do aspecto da vida associativa, o que chamou atenção, ainda no exercício de sistematizar experiências vividas, foi a lembrança de ações comunitárias que existiam no bairro, tais como a organização e realização de festas; grupos de danças e concursos; o time de futebol do bairro; projetos de aulas de futebol para crianças e feiras livres. Somada a essas memórias, os moradores concordam sobre certa dificuldade para se comunicarem e manterem uma verdadeira vida associativa. O processo de comunicação interna na comunidade é deficitário e dessa maneira, eles relatam a falta de uma maior participação política comunitária capaz de produzir ações coletivas consistentes que colaborem para permanecerem na área.

No entanto, a presença de igrejas também apresenta-se como um recurso comunicacional, sendo este um dos principais locais de encontro apontado pelos moradores nos mapas aplicados nas visitas, tanto igrejas evangélicas que aparecem em maior número (de 4 a 5 contadas em uma rua) e uma igreja católica localizada próxima ao “campinho” onde os moradores demandam a construção de uma área de lazer para os jovens do bairro.

Ainda sobre a questão comunicacional, os moradores dizem que a relação com a cidade de São José dos Campos (como pode ser observado no mapa de relações aplicado a campo no dia 14 de abril) ocorre principalmente com os bairros vizinhos e com o centro da cidade, para estudo, trabalho, recursos de alimentação (supermercados e hipermercados), saúde, compras e lazer; alguns moradores também têm uma relação com familiares que moram em outros bairros da cidade de São José dos Campos.

Dessa forma, a partir dos resultados dos Grupos de Trabalho e dos mapeamentos participativos, foi possível reafirmar a proposição de Landim Neto, Silva e Costa (2016, p. 56), que a “Cartografia Social – CS afigura-se como um procedimento metodológico que visa a construção de mapas levando-se em consideração múltiplas dimensões, a saber, coletiva e participativa, necessárias para a produção do conhecimento presente no território”, conhecimento este pouco visível nos estudos com metodologias tradicionais.

Ribeiro (2001a) considerava que a maior dificuldade do estudo daquilo que ainda é emergente está justamente na sua condição, o tempo presente é marcado pelo imponderável. Deste modo, para construir um objeto de pesquisa que dialogue com a atualidade é necessário que o pesquisador suporte o que chamou de “precariedade analítica” que decorre da reflexão de processos ainda em aberto ou em curso. Portanto, compreender as microconjunturas (RIBEIRO, 2001b) que se desenvolvem no próprio tempo e desvelam as condições de afirmação dos sujeitos sociais presentes no tecido urbano exige a composição de diferentes estratégias de pesquisa.

A cartografia social (ACSELRAD, 2013) sugere a denúncia e uma postura do pesquisador que visa a construir um diálogo entre os lugares de legitimidade da fala e os destituídos da fala, ou seja, compreender as tensões existentes entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento comunitário e popular emerge como um desafio na produção do conhecimento (FREIRE, 1987). As experiências vividas no espaço de vida (MARANDOLA JR, 2012) são de difícil objetivação, encontrar estratégias metodológicas para sistematizar as mesmas é um desafio à pesquisa social (HOLLIDAY, 1998).

Dessa maneira, a experiência dos lugares vividos pode ser captada pela cartografia social, que deve ser sempre incompleta e que se “faz fazendo” por meio da prática. Ela não expressa somente os usos e funções dos espaços de vida, mas os conflitos e a plasticidade ligada à nossa condição contemporânea do movimento. Nela se manifesta a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação. A proposta se funda em pesquisa “com o outro” e não “do outro” e revela, por fim, mais do que a ação, a estrutura dos macroprocessos sociais, no caso, de desigualdades. Logo, as cartografias sociais potencializam o protagonismo da comunidade na leitura de suas problemáticas, garantindo a legitimidade destes grupos frente às ações hegemônicas que colocam a técnica acima do conhecimento social comunitário.

Ao compreender a extensão como uma dimensão específica da produção do conhecimento (FREIRE, 1987), a pesquisa foi *lócus* de uma experiência de formação mútua e permanente entre alunos, pesquisadores, professores e comunidade, consolidando a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Apontam-se como resultados preliminares do processo de formação do discente as seguintes ações: potencializar a valorização de todos os saberes; compreender que os principais protagonistas da sistematização são as pessoas que vivenciam a experiência; permitir tomar distância crítica da experiência vivida; identificar as tensões entre projeto e processo; impulsionar a compreensão das causas e pensar as possibilidades; identificar, articular e mobilizar iniciativas de solidariedade.

4 Considerações finais

Com o objetivo de ampliar as discussões e os estudos sobre os processos de ordenamento territorial e da questão fundiária no campo do planejamento urbano sob a perspectiva das cartografias sociais e da sistematização de experiências, a proposta apresentou uma análise socioespacial no contexto da cidade de São José dos Campos, associada às leituras comunitárias e colaborativas da comunidade do Bairro do Rio Comprido, visando especificamente ao mapeamento e identificação dos conflitos presentes no território, das vivências e trajetórias dos grupos, de proposições de uso e ocupação comunitária do bairro, levantamento de estratégias de ação tanto na dimensão interna como externa.

Ao priorizar a composição de Cartografias Sociais via processos de pesquisa-ação e pesquisa participativa, objetivou-se potencializar o processo de reflexão das trajetórias dos moradores do bairro para que eles possam, instrumentalizados por saberes técnicos, compor o Plano Popular de regularização do bairro a ser apresentado para Prefeitura Municipal, quando chamados para a composição do projeto final de regularização fundiária e urbanística que desde o início de 2019 está em andamento.

Desse modo, por fim, considera-se que a produção de um conhecimento sobre o processo das dinâmicas socioespaciais de forma dialógica e dinâmica entre pesquisadores e comunidade foi central no processo de pesquisa. Destaca-se o papel das Universidades e grupos de pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas e trabalhos extensionistas não assistencialistas ao promover, além de uma assessoria técnica clássica, um processo colaborativo e comunitário de formação técnico-política, ao reconhecer outras narrativas e incorporá-las ao processo de construção social do conhecimento. Portanto, a reflexão de cunho teórico metodológico busca contribuir para evidenciar os processos de resistência, assim como a consolidação de espaços de denúncia e visibilidade das lutas sociais.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate** / Henri Acselrad; Aurélio Vianna Jr. [et al.] (org); – Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território**/ Henri Acelrad, (org). Rodrigo Nunes (org), et al. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2013.

ALMEIDA, Beatriz França Machado Alves de. Cartografia social e conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, Ceará, Brasil. 2018. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ANDRADE, Inácio Dias. “A gente já nasce lutando”: a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal. **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, 2013, V. 56 Nº 1.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. (BID) **Perfil de Proyecto (PP) Brasil**. Programa de Estructuración Urbana – São José dos Campos / BR-L1160, 2007. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1195893>. Acesso em 10/08/2019.

COURGEAU, Daniel. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes**. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

EVANGELISTA, Armstrong Miranda; MORAES, Maria Valdirene Araújo Rocha; SILVA, Carlos. Vinicius. Ribeiro. Os usos e aplicações do Google Earth como recurso didático no ensino de Geografia. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n.38, p. 152 - 166, set/dez. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida; NETO, Francisco Otávio Landim; SILVA, Edson Vicente da SILVA; GORAYEB, Adryane. Territorialidade e meio ambiente da terra indígena Pitaguary, Ceará- brasil: reflexões acerca das possibilidades do mapeamento participativo na Aldeia de. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp, 2016. p.114-127.

HOLLIDAY Oscar Jara. **El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales**. S. José: Alforja, 1998.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências** / 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. IBGE: Brasília, 2010.

LANDIM NETO, Francisco Otávio; SILVA, Edson Vicente da; COSTA, Nátane Oliveira da. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 18, n. 2, p. 56-70, set. 2016.

MARANDOLA, Eduardo Junior. **Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas**. CUNHA, J. M. P. (org) Mobilidade Espacial da População. 2012.

MOURA, Jocsã Araujo. **Cartilha- Regularização fundiária urbana- Aspectos práticos da lei 13.465/2017**. Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Esperança – ES. Disponível em: https://www.sinoreg-es.org.br/_documents/upload_conteudo/arquivos/cartilha_regularizacao_fundiaria_urbana_2017.pdf. Acesso 01/02/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. PMSJC/SP – **Leitura técnica do Município para revisão do Plano Diretor 2018**. Disponível em [Plano Diretor São José dos Campos \(sjc.sp.gov.br\)](http://planoDiretorSaoJoseDosCampos.sjc.sp.gov.br). Acesso em 17/02/ 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Micro-conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana. **Revista de Ciências Sociais**, Costa Rica, n.19, p.94-103, 2001a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.33-52, 2001b.

SILVA, Roberto Antero da. **Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas**. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p.26-40, dezembro de 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

ZARATINE, Guilherme Nelli; FANTIN, Marcel. Políticas habitacionais financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Um estudo de caso sobre São José dos Campos – SP (Brasil). **INFO-HABITAT Instituto del Conurbano**. Buenos Aires/Argentina: Universidade Nacional de General Sarmiento, 2018.

Agradecimentos

À Defensoria Pública do Estado de São Paulo, aos moradores do bairro do Rio Comprido, em São José dos Campos, que construíram esse trabalho junto com equipe composta pelas(os) discentes: **Ana Lia Ferreira Mendes de Carvalho** – Direito, **Amedeo F. Viola** – Direito, **Beatriz F. Batista** – Arquitetura e Urbanismo, **Carolina Inácio Portelas** – Arquitetura e urbanismo, **Flávia Costa Galvão** – Arquitetura e Urbanismo, **Fernando Martins Machados Jr** – Direito, **Lavínia Dias Fadul Cunha** – Geografia, **Laura Gomes** – Psicologia, **Maria Fernanda Delmonte Craveiro** – Arquitetura e urbanismo, **Melissa da Silva Oliveira** – Arquitetura e Urbanismo, **Nikolas Bruni** – Geografia, **Solange Faria da Luz** – Arquitetura e Urbanismo, **Thiago Dantas** – Arquitetura e Urbanismo, **Erick Niedermayer** – História, **Jennifer Coutinho Rodrigues** – Arquitetura e urbanismo, **Melissa da Silva Oliveira** – Arquitetura e urbanismo, **Maria Carolina Gomes de Souza** – Psicologia, **Natália Ribeiro Silva** – Arquitetura e urbanismo, **Vanessa Luz** – Arquitetura e Urbanismo, **Victor Augusto Benez Padilha** – História. **Ana Maria Rosado** - Mestranda PLUR-UNIVAP (2018), **Douglas Almeida** (2016) - Doutorando PLUR-UNIVAP, **Raquel Martins** – Mestranda PLUR-UNIVAP (2018), **Marina Cyrino Forti** (2019) - Mestranda PLUR-UNIVAP.